

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 683108 - RN
(2015/0079214-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : JOÃO JOSÉ NETO
AGRAVANTE : LÊDA MARIA DA SILVA
AGRAVANTE : LIDUINA MARIA PEREIRA DA SILVEIRA
AGRAVANTE : LUIZ CAVALCANTE DE QUEIROZ
AGRAVANTE : LUIZ MENEZES FILHO
AGRAVANTE : LUZINETE FERNANDES DE SOUZA
AGRAVANTE : RUY AMIEIRO NUNES
AGRAVANTE : SANDOVAL DUTRA DE ALMEIDA
AGRAVANTE : SEBASTIÃO LOPES DE MEDEIROS
AGRAVANTE : SEBASTIÃO NUNES DA SILVA
AGRAVANTE : SERGIO ALEXANDRE ROCHA DA ROCHA
AGRAVANTE : SEVERINA LOURENCO MACIEL
AGRAVANTE : SEVERINO LUIZ DA SILVA
AGRAVANTE : SILVERIO CARLOS MAGALHÃES MAVIGNIER DE NORONHA
AGRAVANTE : SUELI FREIRE DE MEDEIROS
AGRAVANTE : TARCÍSIO JOSÉ DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : TEGLIMAR ELIZABETH DA SILVA COSTA
AGRAVANTE : UBIRAJARA GARCIA DA SILVA
AGRAVANTE : ULISSES RIBEIRO DE LIMA
AGRAVANTE : VALDECI LEANDRO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : VALDIR DO NASCIMENTO BARACHO
AGRAVANTE : VERA LÚCIA ARAÚJO DE SOUZA
AGRAVANTE : VICENCIA LOURDES DE ARAÚJO SILVA
AGRAVANTE : VICENTE BRAZ SOBRINHO
AGRAVANTE : ZÉLIO HONÓRIO DAMÁZIO
AGRAVANTE : ZENAIDE HONÓRIO CAVALCANTI
ADVOGADOS : FERNANDA FENTANES MOURA DE MELO E OUTRO(S) - RN005164
LUIZ CARLOS SILVA - SP168472
AGRAVADO : SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO : EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS E OUTRO(S) - PE028240

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator